



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Contábeis da BMC Previdência Privada S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 na forma da Legislação Societária.

Das Operações

A BMC Previdência Privada S.A., constituída em 2004, iniciou suas atividades em janeiro de 2007, comercializando planos de pecúlio cobertura temporária, cujas contribuições estão reconhecidas na rubrica Rendimentos de contribuições.

O resultado acumulado do exercício de 2010 foi de R\$ 92 mil (R\$ 310 mil em 2009).

Investimento

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008, a BMC Previdência Privada declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Cidade de Deus, 23 de fevereiro 2011.
DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2010	2009
ATIVO		
CIRCULANTE	9.016	8.827
DISPONÍVEL	956	616
Caixa e bancos	956	616
APLICAÇÕES	8.049	8.079
Títulos de renda fixa	153	-
Quotas de fundos de investimentos	7.896	8.079
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	11	-
Créditos tributários e previdenciários	11	-
OUTROS VALORES E BENS	-	132
Outros valores e bens	-	132
ATIVO NÃO CIRCULANTE	419	594
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	68	215
APLICAÇÕES	-	139
Títulos de renda fixa	-	139
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	68	76
Créditos tributários e previdenciários	68	76
PERMANENTE	351	379
INVESTIMENTOS	337	353
Imóveis destinados a renda	423	423
Outros investimentos	44	44
Provisão para desvalorização	(44)	(44)
Depreciação	(86)	(70)
INTANGÍVEL	14	26
Outros intangíveis	14	26
TOTAL DO ATIVO	9.435	9.421

	2010	2009
PASSIVO		
CIRCULANTE	216	318
CONTAS A PAGAR	170	246
Obrigações a pagar	154	144
Impostos e encargos sociais a recolher	1	3
Impostos e contribuições	15	99
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	8	11
Outros débitos operacionais	8	11
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	-	25
Depósitos de terceiros	-	25
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	38	36
PLANOS NÃO BLOQUEADOS	38	36
Provisão de riscos não expirados	1	1
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados	23	21
Outras provisões	14	14
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	200	154
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	200	154
OUTROS DÉBITOS	200	154
Provisões judiciais	200	154
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.019	8.949
Capital social	7.250	7.250
Reservas de lucros	1.769	1.699
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.435	9.421

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2010	2009
Contribuições para cobertura de riscos	437	400
Varição das provisões para riscos	1	6
RECEITA COM COBERTURA DE RISCOS	438	406
Varição de outras provisões técnicas	(3)	(8)
Outras receitas operacionais	25	-
Despesas administrativas	(885)	(612)
Despesas com tributos	(162)	(117)
Resultado financeiro	705	748
Resultado patrimonial	19	17
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	137	434
Imposto de renda	(33)	(85)
Contribuição social	(12)	(39)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	92	310
Quantidade de ações	7.200.000	7.200.000
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$	12,78	43,06

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de contribuições de previdência	438	398
Outros recebimentos operacionais	35	36
Pagamento de despesas e obrigações	(626)	(2.735)
Outros pagamentos operacionais	(180)	(71)
Constituição de depósitos judiciais	-	(21)
Resgate de depósitos judiciais	-	21
CAIXA CONSUMIDO PELAS OPERAÇÕES	(333)	(2.372)
Impostos e contribuições pagos	(158)	(127)
Investimentos financeiros	905	900
Aplicações	-	(8.177)
Resgates	905	9.077
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	414	(1.599)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(74)	(44)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(74)	(44)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	340	(1.643)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	616	2.259
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	956	616
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	340	(1.643)
Ativos livres no início do exercício	8.079	8.199
Ativos livres no final do exercício	7.896	8.079
(REDUÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	(183)	(120)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	7.200	-	44	97	1.372	-	8.713
AUMENTO DE CAPITAL							
- AGO/AGE de 31/03/2009	-	50	(44)	-	(6)	-	-
- Portaria SUSEP nº 3.324 de 02/09/2009	50	(50)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	310	310
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	-	15	221	(236)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(74)	(74)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	7.250	-	-	112	1.587	-	8.949
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	92	92
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	-	5	65	(70)	-
Dividendos propostos (R\$ 3,06 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(22)	(22)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	7.250	-	-	117	1.652	-	9.019

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BMC Previdência Privada S.A. é controlada direta da Alvorada Vida S.A. e indireta da Bradesco Vida e Previdência S.A. e tem por objetivo social a instituição e operação de quaisquer planos de benefícios de caráter previdenciário definido em Lei. Como parte integrante da Organização Bradesco, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado segurador, previdenciário e financeiro, se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), bem como as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP e pela CNSP. Estão sendo também apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 379/2008 e alterações posteriores.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Entidade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Aplicações

Conforme determinação da SUSEP, as entidades abertas de previdência complementar devem classificar os títulos e valores mobiliários em três categorias:

- I - Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
- II - Títulos disponíveis para venda – os títulos que não se enquadram nas categorias I e III; e
- III - Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização da venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

De acordo com a regulamentação em vigor, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "para negociação" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo cotista exclusivo do administrador dos fundos.

(c) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes.

(d) Investimento

É composto por bem imóvel destinado a renda, depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada.

(e) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Os ativos intangíveis, basicamente softwares, são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. Despesas com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, registrando os custos diretamente atribuídos ao software, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

(f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecido no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(g) Passivo circulante

(i) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos nas Resoluções CNSP nº 162/2006 e alterações posteriores.

(ii) Demais passivos

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 e para contribuição social, à alíquota de 9%, nos termos da legislação em vigor.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/2007 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

(h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia.

(i) Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, a SUSEP aprovou com a edição da Circular SUSEP nº 379 de 19 de dezembro de 2008 diversos pronunciamentos do CPC (até o CPC 13, exceto o 11), com aplicação imediata dessas normas contábeis em 2009. Conforme Circular SUSEP nº 408 de 23 de agosto de 2010, o CPC 11 - Contratos de Seguros, será aplicado nas demonstrações contábeis individuais somente a partir de 1º de janeiro de 2011. Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009 e 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, que até a presente data não foram aprovados pela SUSEP.

Por meio da Circular nº 408/2010, a SUSEP esclarece que continuará acompanhando os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as decorrentes ações a serem promovidas serão divulgadas por meio da Comissão Contábil criada pela Resolução CNSP nº 86/2002. A referida Circular estabelece, ainda, que as demonstrações contábeis consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive, sejam elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, na forma homologada pelo CPC.

A Administração está efetuando a avaliação das novas práticas contábeis que serão requeridas para as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), considerando a Circular nº 408/2010, e até a presente data não foi praticável identificar/mensurar os efeitos que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações contábeis consolidadas da Seguradora. Dessa forma, a Entidade está apresentando suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2009.

4. APLICAÇÕES

(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2010	%	2009	%
Títulos para negociação	7.896	98,10	8.079	98,31
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	7.896	98,10	8.079	98,31
Títulos mantidos até o vencimento	153	1,90	139	1,69
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	153	1,90	139	1,69
Total	8.049	100,00	8.218	100,00

(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos classificados como "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. O valor de mercado das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência (i)
Títulos para negociação	7.896	-	-	7.896	7.896
Letras do tesouro nacional	7.896	-	-	7.896	7.896
Títulos mantidos até o vencimento	-	153	-	153	153
Letras financeiras do tesouro	-	153	-	153	153
Total em 2010	7.896	153	-	8.049	8.049
Total em 2009	8.079	-	139	8.218	8.218

(i) Representa o valor de mercado para os títulos classificados como "para negociação" e o valor do custo atualizado para os demais.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Entidade não efetuou operações com instrumentos financeiros no mercado de derivativos.

5 PERMANENTE

(a) Investimento

Demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2010	2009
Imóveis destinados a renda.....	4%	406	(86)	320	336
Terrenos.....	-	17	-	17	17
Total em 2010.....		423	(86)	337	-
Total em 2009.....		423	(70)	-	353

(b) Intangível

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida estimada. Os saldos abaixo referem-se substancialmente a *software* desenvolvido internamente.

	Taxa Anual	Custo	Amortização	Valor residual	
				2010	2009
<i>Software</i>	20%	58	(44)	14	26
Total em 2010.....		58	(44)	14	-
Total em 2009.....		58	(32)	-	26

6. PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

(a) Detalhamento da movimentação das provisões técnicas de previdência complementar

	2010	2009
No início do exercício.....	36	34
Constituição das provisões técnicas.....	9	8
Reversão das provisões técnicas.....	(7)	(6)
No final do exercício.....	38	36

(b) Provisões técnicas de previdência complementar

	2010	2009
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados.....	23	21
Outras provisões (i).....	14	14
Provisão de riscos não expirados.....	1	1
Total.....	38	36

(i) A rubrica "Outras provisões" refere-se à provisão de despesas administrativas e provisão complementar de prêmios.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 7.200.000 (7.200.000 em 2009) ações ordinárias escriturais e nominativas, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício.....	92	310
Constituição da reserva legal.....	(5)	(15)
Base de cálculo dos dividendos.....	87	295
Dividendos propostos no exercício.....	22	74
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício.....	25%	25%

(b) Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(c) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

(d) Patrimônio líquido ajustado

	2010	2009
Patrimônio líquido.....	9.019	8.949
Patrimônio líquido ajustado.....	9.019	8.949

8. DETALHAMENTOS DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(a) Despesas administrativas

	2010	2009
Despesas com publicação.....	(269)	(215)
Despesas com serviços de terceiros.....	(360)	(372)
Despesas com localização e funcionamento.....	(191)	(18)
Outras.....	(65)	(7)
Total.....	(885)	(612)

(b) Despesas com tributos

	2010	2009
Despesas com PIS.....	(8)	(8)
Despesas com COFINS.....	(46)	(47)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(101)	(53)
Despesas com contribuição sindical.....	(3)	(6)
Outras despesas.....	(4)	(3)
Total.....	(162)	(117)

(c) Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas com títulos de renda fixa.....	13	13
Receitas com quotas de fundos de investimentos.....	722	779
Despesas financeiras com operações de previdência.....	(5)	-
Atualização monetária contingências passivas.....	(13)	(11)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais.....	(12)	(33)
Total.....	705	748

(d) Resultado patrimonial

	2010	2009
Receita com imóveis de renda.....	35	33
Despesa com imóveis de renda - depreciação.....	(16)	(16)
Total.....	19	17

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Resultado antes dos impostos e contribuições.....	137	434
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(47)	(147)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(16)	21
Efeito de adicional de IR (10%).....	-	24
Outros valores.....	18	(22)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(45)	(124)

(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Impostos diferidos	2010	2009
(Realização) constituição no exercício sobre adições temporárias.....	(8)	41
Subtotal.....	(8)	41
Impostos correntes		
Impostos de renda e contribuição social devidos.....	(37)	(165)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(45)	(124)

(c) Composição dos créditos tributários e previdenciários

	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Antecipação de IR e CS.....	6	-	6	-
Impostos a compensar.....	5	-	5	-
Diferenças temporárias.....	-	68	68	76
Total.....	11	68	79	76

(d) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2009	Constituição (Realização)	Saldo em 31/12/2010
Provisão para contingências fiscais.....	52	16	68
Outros.....	24	(24)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	76	(8)	68

10. ATIVOS GARANTIDORES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os valores vinculados à SUSEP, em cobertura das reservas técnicas, estão representados por aplicações em títulos públicos de renda fixa - LFT, no montante de R\$ 153 (R\$ 139 em 2009).

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

A BMC Previdência Privada S.A. é parte em ação judicial envolvendo o questionamento da base de cálculo do PIS e COFINS e constitui provisão do valor total da contribuição, acrescido de juros e atualização monetária. Em novembro de 2009, a Entidade aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

	2010	2009
No início do exercício.....	154	106
Constituições.....	33	37
Atualizações monetárias.....	13	11
No final do exercício.....	200	154

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações com controladores

	2010		2009	
	Ativo (Passivo)	Receita	Ativo (Passivo)	Receita
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.....	956	-	616	-
Obrigações a pagar (i):				
Alvorada Vida S.A.....	(22)	-	(74)	-
Receitas com aluguéis:				
Banco Finasa BMC S.A.....	-	35	-	33
Total.....	934	35	542	33

(i) Referem-se a dividendos a pagar.

(b) Remuneração da administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
- O montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 118/2004

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (controlador indireto) em 31 de janeiro de 2011.

(b) Divulgação das demonstrações contábeis consolidadas

Nos termos do artigo 275, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, informamos que as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2010 da Bradesco Seguros S.A., empresa líder do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, foram publicadas nesta mesma data no Diário do Comércio e no dia 26 de fevereiro de 2011 serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

DIRETORIA

Lúcio Flávio Condurú de Oliveira	- Diretor-Presidente	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	- Diretor	Jair de Almeida Lacerda Júnior	Atuário - MIBA nº 809
Samuel Monteiro dos Santos Junior	- Diretor Vice-Presidente Executivo	Jair de Almeida Lacerda Júnior	- Diretor	Alberto Barcellos Miranda	Contador - CRC 1RJ094195/O-2 S SP
Ivan Luiz Gontijo Júnior	- Diretor Gerente	Eugênio Liberatori Velasques	- Diretor		
Marcos Suryan Neto	- Diretor Gerente	Jorge Pohlmann Nasser	- Diretor		

PARECER ATUARIAL

A Avaliação Atuarial da BMC PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A., foi realizada respeitando os princípios atuariais e a metodologia própria de cada tipo de cobertura em cumprimento à Circular SUSEP nº 272/2004, com base em 31 de dezembro de 2010. Os cálculos atuariais têm como base os dados e informações contábeis e cadastrais fornecidas pela BMC PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A. As provisões técnicas foram verificadas através de testes de consistência que permitem assegurar que as mesmas foram constituídas suficientemente no decorrer do período analisado. Os estudos realizados permitiram ainda verificar que não houve a necessidade de constituir a Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC).

A Provisão Complementar de Prêmios atingiu em dezembro de 2010 a quantia de R\$ 11, trazendo uma cobertura adicional aos riscos não considerados na PRNE. Considerando os resultados apresentados na Avaliação Atuarial, atestamos que os seus ativos garantidores são bem superiores ao montante das Provisões Técnicas, levando-nos a concluir que a Entidade é superavitária.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2011.
Jair de Almeida Lacerda Junior
Atuário MIBA nº 809

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
BMC Previdência Privada S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da BMC Previdência Privada S.A. ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das

divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMC Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2011